

CARACTERÍSTICAS DE EMISSORAS COMUNITÁRIAS EM 15 CIDADES PEQUENAS MARANHENSES

COMMUNITY RADIOS: HOW THEY OPERATE IN 15 SMALL TOWNS IN
THE STATE OF MARANHÃO

FUNCIONAMIENTO DE RADIOS COMUNITARIAS EN 15 PEQUEÑAS
CIUDADES DEL ESTADO DE MARANHÃO

Sonia Virgínia Moreira

■ Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo), mestre em Jornalismo (Universidade do Colorado, Boulder). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Sua pesquisa atual explora as notícias locais, a infraestrutura de mídia e telecomunicações e as desigualdades digitais e audiovisuais no Brasil.

■ *Doctora en Ciencias de la Comunicación (Universidad de São Paulo), Máster en Periodismo (Universidad de Colorado, Boulder). Es profesora del Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad del Estado de Rio de Janeiro (UERJ) y investigadora del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). Su investigación explora las noticias locales, la infraestructura de las telecomunicaciones y las desigualdades digitales y audiovisuales en Brasil.*

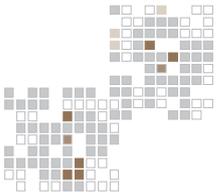
■ E-mail: soniavm@gmail.com

Thays Assunção Reis

■ Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Comunicação (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), mestre em Jornalismo (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e graduada em Comunicação Social- Jornalismo (Universidade Federal do Maranhão).

■ *Profesora del curso de Periodismo y del Programa de Posgrado en Comunicación (PPGCOM) de la Universidad Federal de Tocantins (UFT). Doctora en Comunicación (Universidad del Estado de Rio de Janeiro), máster en Periodismo (Universidad Estadual de Ponta Grossa) y licenciada en Comunicación Social - Periodismo (Universidad Federal de Maranhão).*

■ E-mail: thays.jornalista@gmail.com



RESUMO

Dezessete emissoras de rádio comunitárias localizadas em 15 cidades pequenas no entorno de Imperatriz, a segunda cidade mais populosa do estado do Maranhão, são o objeto desta análise. As rádios comunitárias predominam na região Nordeste e, em muitos casos, são a única referência de mídia para a comunidade, o que dá a dimensão dos efeitos da sua proximidade e influência. A maioria das emissoras analisadas está localizada em regiões com densidade demográfica inferior a 50 habitantes por quilômetro quadrado, apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Baixo ou Médio e tem menos de 30 anos. Nesse cenário, os laços políticos, as ligações religiosas, o baixo orçamento e a falta de uma produção verdadeiramente local são os elementos estruturais que fundamentam este artigo.

PALAVRAS-CHAVE: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA; CIDADE PEQUENA; ESTADO DO MARANHÃO.

ABSTRACT

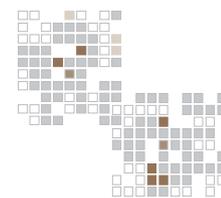
Seventeen community radio stations located in 15 small towns around Imperatriz, the second most populated city in the Brazilian state of Maranhão, are analyzed here. Community radio stations are predominant media in the northeast region and, in many cases, the only media reference for the community, emphasizing their influence and proximity. Most of the stations analyzed are located in regions with a population density of less than 50 inhabitants per square kilometer, present a low or medium Municipal Human Development Index (MHDI), and have less than 30 years. In this scenario, political ties, religious connections, low budget and the lack of a truly local production are the structural elements founded in the research for this article.

KEY WORDS: COMMUNITY BROADCASTING; SMALL TOWNS; STATE OF MARANHÃO.

RESUMEN

Diecisiete radios comunitarias situadas en 15 pequeñas localidades en los alrededores de Imperatriz, el segundo municipio más poblado del estado brasileño de Maranhão, son tema de este análisis. Las radios comunitarias son medios de comunicación predominantes en la región nordeste y, en muchos casos, la única referencia mediática local para la comunidad, lo que da la dimensión de su proximidad e influencia. La mayoría de las emisoras analizadas tienen su sede en regiones con una densidad de población inferior a 50 habitantes por kilómetro cuadrado, con un Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM) bajo o medio, y fueron creadas hace menos de 30 años. En este contexto, influyen mucho los vínculos políticos, las conexiones religiosas, el bajo presupuesto y la falta de una producción verdaderamente local, elementos estructurales que se comprobaron en la investigación de campo.

PALABRAS CLAVE: RADIO COMUNITARIA; PEQUEÑA CIUDAD; ESTADO DE MARANHÃO.



1. Contextos

É incontestável que a relevância social do rádio independe da plataforma de audição do meio. Como veículo analógico conquistou a confiança dos ouvintes pela credibilidade da informação transmitida e isso se manteve na forma digital de transmissão, que se harmoniza com as múltiplas plataformas acessíveis na estrutura das redes sem fio ou com fio que sustentam a complexa distribuição-operação dos pontos de rede e o nível da qualidade e velocidade da conexão de internet.

Reconhecendo a relevância do rádio no ambiente digital, este artigo entende que as articulações contemporâneas do meio envolvem também as múltiplas realidades da radiodifusão que persistem no território brasileiro. Não tratamos aqui de comparar tecnologias ou sistemas radiofônicos. A proposta é abordar no contexto do processo de digitalização uma questão que se mantém atual – os vínculos políticos, as conexões religiosas, o baixo orçamento e a pouca produção de informação das rádios comunitárias que existem e/ou coexistem na atmosfera de convergência dos meios de comunicação.

Apresentamos questões do sinal analógico como dado que pode ser agregado ao contexto das emissoras no espaço digital. As observações têm origem em estudo empírico de um recorte territorial demarcado por pesquisa de campo conduzida no período pré-pandêmico (2018-2020), quando foram visitados 15 municípios situados no sul do estado do Maranhão¹ (Mapa

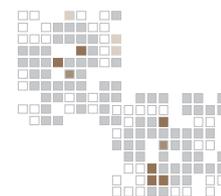
1). A meta inicial foi identificar as rádios comunitárias² em funcionamento na região de influência da cidade de Imperatriz, classificada como Capital Regional C no estudo *Regiões de Influências das Cidades - REGIC 2018*³

fronteira agrícola do Centro-Oeste e está relativamente mais próximo dos mercados norte-americano e europeu que os estados do Sudeste brasileiro. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 é o 12º estado mais populoso com 6,7 milhões de habitantes (IBGE, 2023) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em 2021 de 0,676. O rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2022 era de R\$ 814,00 (aproximadamente US\$ 163.00 ao câmbio oficial de novembro de 2023). Estudo que usou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para mensurar e caracterizar o fenômeno da pobreza no Maranhão e seus respectivos municípios evidenciou que “o estado é o mais pobre do Brasil em termos monetários”, ao comparar as linhas de indigência e pobreza. Mostrou como pontos críticos para as ações de combate à pobreza no estado a necessidade de “enfrentamento dos problemas de infraestrutura básica de acesso à água potável, saneamento e tratamento adequado do lixo domiciliar (...) e a necessidade de combater o trabalho precário e os baixos níveis de escolaridade da população adulta, os quais são elementos centrais de acesso à renda, seguridade social e ascensão social” (Wan Der Maas, Assis, Tomás, Carvalho, Vilaça & Lira, 2022).

2 Emissoras de radiodifusão sonora não comerciais que operam em frequência modulada (FM), com validade de outorga de 10 anos e programação voltada para o desenvolvimento local. Integram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, criado em 1998 pela Lei 9.612 para atender as comunidades beneficiadas. São administradas por fundações e/ou associações comunitárias sem fins lucrativos, sediadas na localidade de prestação do serviço. Caracterizam-se, dentre outros aspectos, pela baixa potência (no máximo 25 watts ERP e antena não superior a 30 metros, com alcance restrito ao raio de 1km a partir da antena transmissora). Não têm permissão para atuar em rede e não podem ser arrendadas. Por lei, as emissoras estão autorizadas a receber patrocínio sob a forma de apoio cultural para programas, desde que restrito a estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Os aspectos técnicos das rádios comunitárias são fiscalizados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

3 Relatórios regulares de pesquisa produzidos desde 1972 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que atualizam o quadro de referência da rede urbana brasileira, definem a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimitam as regiões de influência a eles associados. “É nessa pesquisa em que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas. A identificação da hierarquia urbana e das áreas de influência é realizada por meio da classificação dos centros urbanos que possuem determinados equipamentos e serviços e que atraem populações de outras localidades” (IBGE, 2020).

1 O estado do Maranhão situa-se na faixa de transição entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Tem a segunda maior costa do país, banhado pelo oceano Atlântico numa extensão de 640 km. Com localização estratégica, o estado soma 217 municípios, em área de 329.651 km². É uma das portas de acesso à região Norte, integra-se à

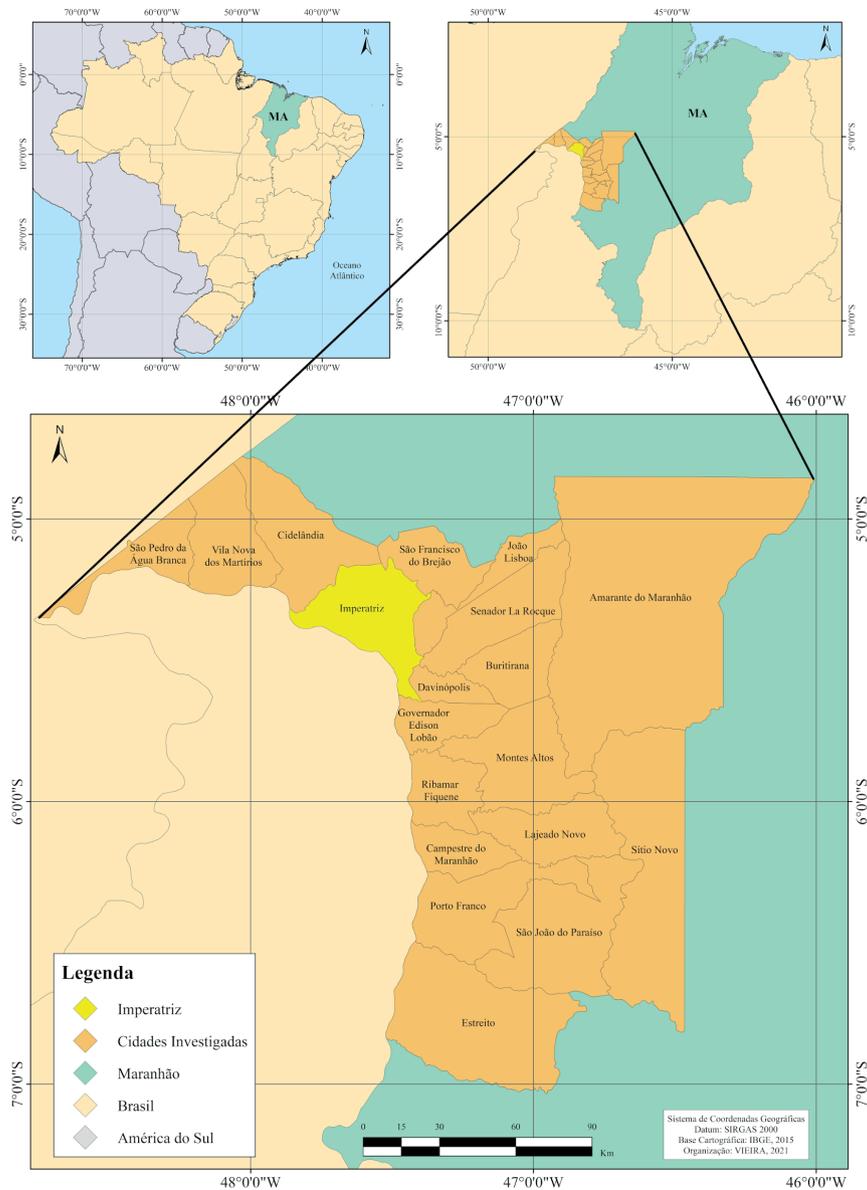


(IBGE⁴, 2020), para conhecer suas histórias, estrutura, programação e verificar a existência ou inexistência recursos para a produção de informação local. A decisão de visitar as localidades para entrevistar os administradores

das rádios foi tomada pela dificuldade de encontrar na internet informações sobre as emissoras, um indicativo de que operavam apenas no modo analógico.

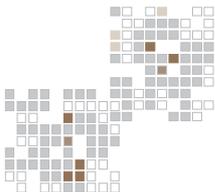
Mapa 1 – Localização dos municípios visitados no Sulmaranhense

Recorte Espacial da Pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo em municípios, 2018-2020. Arte: Camila Vieira

4 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções: Produção e análise de informações estatísticas; Coordenação e consolidação das informações estatísticas; Produção e análise de informações geográficas; Coordenação e consolidação das informações geográficas; Estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais; Documentação e disseminação de informações; Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais (IBGE, 2023).



Ao fim, o estudo revelou-se como oportunidade de identificar os tipos de produção, a tecnologia de transmissão e o modelo de comunicação hiper local do rádio em cidades pequenas do interior maranhense em relação a ligações políticas, conexões religiosas e recursos informativos, somando-se assim a outras produções temáticas sobre o mesmo espaço regional. Entre essas está, por exemplo, a investigação conduzida por Moraes (2021) sobre produtos radiofônicos realizado por 50 emissoras comunitárias legalizadas localizadas no Maranhão “presentes em plataformas digitais”. O estudo concluiu que os “recursos da convergência são subutilizados pelas rádios comunitárias”, mas que “pouco a pouco têm ampliado sua produção local e hiper local por meio das tecnologias emergentes” (Moraes, 2021, p. 117; 154). A pesquisa de Moraes que comprova a ausência expressiva das rádios comunitárias nas plataformas digitais confere validade à análise das emissoras comunitárias analógicas na região estudada.

Do universo estimado pelo Ministério das Comunicações (2023), de 5.000 rádios comunitárias no país, são analisadas neste texto 17 rádios comunitárias em cidades pequenas (até 50 mil habitantes) no Maranhão, estado que de acordo com dados da Anatel reúne 160 emissoras distribuídas em 150 municípios (Anatel, 2022).

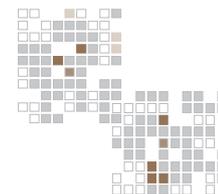
A literatura sobre as pequenas cidades brasileiras aponta que ainda hoje não há um consenso para a definição desse espaço urbano, que pode se basear em número de habitantes e outros tipos de estratificação. No final dos anos 1970, Milton Santos identificou o fenômeno da cidade local como comum e recente nos países em desenvolvimento, “ligado às transformações do modelo de consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica” (SANTOS, 1979, p. 72). Em conferências realizadas naquele período, Milton Santos criticou alguns hábitos de pesquisa que reconhecia entre geógrafos brasileiros ao

chamar a atenção para o que designava como “a carência teórica e o vizo do pequeno lugar” (SANTOS, 1978 [2002], p. 234).

O IBGE, referência nos estudos das cidades e do território brasileiro, traça aproximações conceituais ao definir os “centros locais” no REGIC 2018 (IBGE, 2020) como o último nível hierárquico das camadas urbanas. De modo geral, o entendimento dos centros locais pode se estender à classificação das cidades pequenas, que geralmente não dispõem dos recursos nem da centralidade que a qualificariam como espaço urbano autônomo.

Os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018). Essa diferença regional das médias demográficas repete o padrão apresentado pelos Centros de Zona, inclusive tendo também a Região Nordeste com o maior número de Cidades neste nível hierárquico (REGIC, 2018/IBGE, 2020, p. 13).

As cidades pequenas, portanto, são unidades de análise interdependentes nos desdobramentos do uso da tecnologia, da evolução dos repositórios de informação disponíveis ao investigador e da produção de conhecimento. Neste artigo examinamos as emissoras comunitárias



instaladas nas pequenas cidades cuja população não chega a 40 mil habitantes incluindo zonas urbanas e rurais (Tabela 1). A densidade demográfica é baixa, não chegando nem a 50 hab./km². Por isso, esses municípios são considerados essencialmente rurais – possuem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km² (VEIGA, 2004).

Tabela 1 – Municípios maranhenses pesquisados, por nº de habitantes

Município	População total (2022)	Área (km²)	Densidade demográfica (2022)	Ano de instalação das emissoras
Amarante do Maranhão	37.091	7.439,62	4,99	1953
Estreito	33.294	2.720,27	12,24	1982
Porto Franco	23.903	1.420,51	16,83	1919
Governador Edison Lobão	18.411	615,957	29,89	1997
Sítio Novo	17.074	3.114,68	5,48	1961
Senador La Rocque	14.700	738,187	19,91	1997
Davinópolis	14.404	332,249	43,35	1997
Buritirana	12.918	820,968	15,74	1997
Cidelândia	12.878	1.462,81	8,8	1997
Vila Nova dos Martírios	10.362	1.190,01	8,71	1997
São João do Paraíso	9.904	2.052,33	4,83	1997
Montes Altos	9.107	1.488,51	6,12	1958
São Francisco do Brejão	9.051	745,357	12,14	1997
Ribamar Fiquene	7.420	733,458	10,12	1997
Lajeado Novo	7.060	1.063,62	6,64	1997

Fonte: IBGE Cidades, 2023

Hierarquicamente, quase todos os municípios ocupam a posição de centro local, exceto Porto Franco e Estreito, respectivamente classificadas no Regic 2018 como Centro Sub-Regional B e Centro de Zona A. Os Centros Sub-Regionais correspondem ao “[...] terceiro nível da hierarquia urbana, possuem atividades de gestão menos complexas e áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais”. Os Centros de Zona, por sua vez, se localizam no “[...] quarto nível hierárquico e apresentam menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número pequeno de cidades vizinhas por meio

do comércio e serviços” (IBGE, 2020, p. 12-13). A destacar que tanto Porto Franco quanto Estreito são arranjos populacionais, ou seja, agrupamentos de dois ou mais municípios.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os municípios estão na faixa de desenvolvimento Baixo (de 0,500 a 0,599 ponto) ou Médio (de 0,600 a 0,699 ponto), informa o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/FJP, 2021). A Tabela a seguir detalha as faixas de desenvolvimento dos municípios visitados.

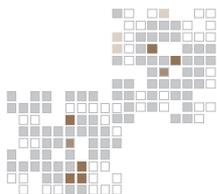


Tabela 2 – IDHM dos municípios maranhenses pesquisados

Município	IDHM Médio
Porto Franco	0,684
Estreito	0,659
Governador Edison Lobão	0,629
Ribamar Fiquene	0,615
São João do Paraíso	0,609
Davinópolis	0,607
Senador La Rocque	0,602
Cidelândia	0,6
IDHM Baixo	
Lajeado Novo	0,589
São Francisco do Brejão	0,584
Buritirana	0,583
Vila Nova dos Martírios	0,581
Montes Altos	0,575
Sítio Novo	0,564
Amarante do Maranhão	0,555

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, 2021

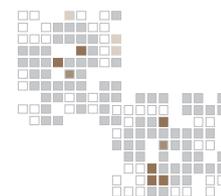
Configuração semelhante do IDHM é encontrada em outros pontos da Amazônia Legal. De acordo com Santini (2013, s/p), “dos 772 municípios amazônicos, 671 estão nessas faixas, 305 com IDHM Baixo e 366 Médio, e apenas 78 têm IDHM considerado Alto. Em nenhum dos municípios, o Índice foi considerado Muito Alto”, como confirmam os dados encontrados na pesquisa.

2. Características das rádios comunitárias analisadas

A radiodifusão comunitária, regulamentada há 25 anos no Brasil (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998), está entre os principais serviços de mídia no Maranhão, presente em mais da metade

dos municípios do estado, desde aqueles de grande porte populacional como São Luís, com 1,37 milhão de habitantes (IBGE, 2022), até os de pequeno porte como Maranhãozinho, no norte do estado, com 13.761 habitantes (IBGE, 2022). Além dos canais autorizados há diversas emissoras que funcionam sem outorga do Ministério das Comunicações. Neste caso se incluem as 37 rádios não legalizadas (19 no Sul e 18 no Norte do Maranhão) identificadas por Brito (2017; 2020) nas suas pesquisas de pós-graduação.

A condição legal/ilegal se repete neste estudo das 17 rádios comunitárias encontradas em 15 cidades pequenas maranhenses: 12 estão legalizadas e cinco operam ilegalmente (Tabela 3). Elas são veículos predominantes na região



e, em algumas realidades, a única referência de mídia local para as comunidades. É o caso de Davinópolis, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Lajeado Novo, Estreito,

Senador La Rocque, São João do Paraíso, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios, onde apenas emissoras comunitárias estão em operação.

Tabela 3 – Rádios comunitárias mapeadas, por ano de fundação e situação legal

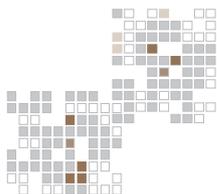
Cidade	Emissoras	Fundação	Situação
Amarante do Maranhão	Antena 10 FM	1998	Legalizada
Cidelândia	Rádio Babaçu FM	2013	Legalizada
Davinópolis	Você FM	2013	Legalizada
Estreito	Rádio Estreito FM	1998	Legalizada
Estreito	Rádio Liberdade FM	2015	Legalizada
Governador Edison Lobão	Rádio Diamantina FM	1999	Legalizada
Montes Altos	Rádio Montes Altos	2004	Legalizada
Porto Franco	Rádio Porto FM	1998	Legalizada
Ribamar Fiquene	Rádio Sumaúma FM	2005	Legalizada
São Francisco do Brejão	Rádio Brejão FM	1999	Legalizada
São João do Paraíso	Rádio Regional FM	1998	Legalizada
Sítio Novo	Rádio Comunidade FM	2004	Legalizada
Amarante do Maranhão	Amarantina FM	1998	Não legalizada
Buritirana	Rádio Esperança FM	2009	Não legalizada
Lajeado Novo	Rádio Cidade FM	2000	Não legalizada
Senador La Rocque	Rádio Cidade FM	2018	Não legalizada
Vila Nova dos Martírios	Rádio Cidade FM	2018	Não legalizada

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa de campo, 2018-2020

Outra característica observada na Tabela 3 é o tempo de existência das rádios comunitárias que compõem nosso estudo. Há emissoras antigas, que começaram a funcionar ainda sem outorga no final da década de 1990, caso da Antena 10 (Amarante do Maranhão), Amarantina FM (Amarante do Maranhão), Diamantina FM (Governador Edison Lobão), Estreito FM (Estreito), Porto FM (Porto Franco), Brejão FM (São Francisco do Brejão) e Regional FM (São João do Paraíso), e emissoras mais recentes criadas com os próprios municípios, instalados em 1997, caso de Governador Edison Lobão,

São Francisco do Brejão e São João Paraíso, que entraram no ar nos dois anos subsequentes à fundação dos municípios, em 1998 e 1999.

Verificamos que um segundo grupo dessas rádios se formou no início dos anos 2000, período que corresponde às emissoras Montes Altos FM (Montes Altos), Sumaúma FM (Ribamar Fiquene), Comunidade FM (Sítio Novo), Esperança FM (Buritirana) e Cidade FM (Lajeado Novo). A partir de 2013 novos canais são efetivados: Babaçu FM (Cidelândia), Você FM (Davinópolis), Liberdade FM (Estreito), Cidade FM (Senador La Rocque) e Cidade



FM (Vila Nova dos Martírios). Nem todas as rádios conseguem se manter “no ar” de forma ininterrupta. Algumas delas, sobretudo as não legalizadas, abriram e fecharam diversas vezes por força da atuação de órgãos fiscalizadores dos serviços de radiodifusão, Anatel e Polícia Federal.

Vínculos políticos e/ou partidários

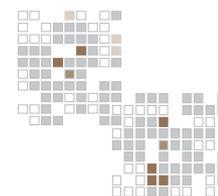
Chama a atenção nas rádios comunitárias analisadas o papel das elites políticas locais no processo de instalação das emissoras. Identificamos três rádios criadas graças ao apoio de ex-prefeitos: Esperança FM de Buritirana, fundada por Vagtonio Brandão (PR); Sumaúma FM, de Ribamar Fiquene, iniciativa de Hilter Alves da Costa (DEM); e Brejão FM, de São Francisco do Brejão, fundada por Francisco Soares Santos (MDB), conhecido como “Franciscano”. Ainda hoje as emissoras de Buritirana e São Francisco do Brejão têm “apadrinhamento” dos políticos que facilitaram as instalações cedidas para o seu funcionamento e contam com “reforço financeiro” quando necessário, conforme relatou um dos diretores entrevistados (E16, 2019).

Quem deu o pontapé inicial para a fundação da rádio Brejão foi o empresário Franciscano, inclusive foi prefeito aqui por dois mandatos. Observando a escassez de comunicação da cidade, que na época não tinha internet e aparelho celular, ele teve a ideia de trazer um meio de comunicação para cá. Aí ele organizou a equipe, fundou a Associação e entrou com o pedido de outorga junto ao Ministério das Comunicações e foi concedido. Em todo esse tempo da rádio, ele sempre foi um incentivador. Às vezes nós não conseguimos fechar as despesas da emissora e ele tá sempre cobrindo. Há 20 anos ele cedeu o aluguel da casa para rádio poder ter onde funcionar. Então é uma pessoa que incentiva e dá um reforço financeiro para gente está no ar até hoje (Entrevistado 16, 2019).

Alguns destaques em relação aos vínculos políticos: a rádio Regional FM de São João do Paraíso tem como presidente atual da Associação Comunitária, José de Arimatéia de Sousa Ribeiro, filho do ex-prefeito Vicente Ribeiro Sobrinho (1997-2000); a Cidade FM, de Senador La Rocque, foi instalada com o apoio do gestor municipal entre 2017 e 2020, prefeito Daronildo Sampaio, o “Dario Sampaio” (DEM). Além dos casos de propriedade de canais vinculados a políticos locais, foram encontradas duas rádios comunitárias dirigidas por profissionais com cargos públicos municipais: o locutor e diretor artístico da Comunidade FM é assessor de comunicação da Prefeitura de Sítio Novo, e a direção e locução da Babaçu FM são funções exercidas na rádio pelo chefe de comunicação da Prefeitura e ex-vereador de Cidelândia. As situações se encaixam no chamado “coronelismo eletrônico de novo tipo” (LIMA; AGUIAR, 2007), atrelado à administração dos municípios e às permissões e autorizações dirigidas a comunidades. Nesta modalidade, as “rádios comunitárias, são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a cargos públicos e líderes partidários – vindo num distante segundo lugar o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica” (LIMA; AGUIAR, 2007, p. 6-7).

Conexões religiosas

O vínculo religioso está presente na Rádio Porto FM (de Porto Franco), fundada em 1998 por um frei franciscano e que até hoje funciona em prédio cedido pela Igreja Católica. Em Buritirana, a Esperança FM (2009) é dirigida por um pastor da Assembleia de Deus. De modo geral, as emissoras comunitárias da região confirmam suas conexões religiosas na produção e/ou transmissão de programas católicos e evangélicos na sua grade de programação, além



de missas e cultos aos finais de semana.

Em relação à programação das rádios comunitárias, a Lei nº 9.612 (BRASIL, 1998), art. 4º, inciso I, orienta que as emissoras devem priorizar a transmissão de conteúdos “com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade”. A realidade dos veículos maranhenses, porém, é bastante diferente: a programação é basicamente musical (em alguns lugares visitados há apenas a transmissão de música sem presença de locutor por várias horas seguidas durante o dia). Um dos entrevistados explica a situação:

Na maioria do tempo, em função da falta de locutor, a gente tem um vazio na nossa programação. Esse horário da tarde, por exemplo, de meio-dia até cinco horas da tarde fica só com música, porque só entra um locutor às cinco horas da tarde. Antes a gente tinha mais assiduidade da população, porque era novidade e todo mundo queria ser locutor, mas hoje “tá” difícil (Entrevistado 15, 2018).

Em contraponto ao uso exclusivo de músicas na programação, algumas rádios comunitárias compram programas de empresas especializadas na produção de conteúdo radiofônico e distribuem em suas grades para preencher os espaços vazios que deveriam ser ocupados com conteúdo de interesse social relacionado à realidade local.

Na rádio temos uma programação gravada que compramos de algumas produtoras e exibimos na nossa grade para não ficar apenas música tocando, porque aí fica muito parecendo um pen drive. Então para descaracterizar o pen drive, a gente insere esses conteúdos das agências que produzem programas radiofônicos. Isso em alguns aspectos é até contra a lei da

radiodifusão comunitária, pois deveria ter uma programação feita 100% (cem por cento) por pessoas da comunidade, mas acontece que aqui não há o interesse da comunidade de trabalhar na rádio comunitária (Entrevistado 10, 2019).

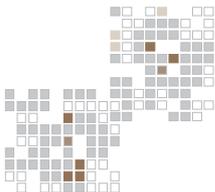
Seguindo a mesma lógica,

Durante a semana contamos somente com dois locutores, fora as equipes dos programas evangélicos. Então nós completamos a nossa programação com conteúdo que compramos da Pró arte, uma produtora do Mato Grosso que fornece programas e programetes para vários emissoras de rádio do Brasil (Entrevistado 18, 2019).

Temos alguns programas durante o dia que são gravados, por exemplo o Blitz e Violada Sertaneja, e a noite nossa programação é toda gravada. Compramos os materiais da KF Mídia, que é uma agência com conteúdo para rádio. Nós pagamos uma taxa e daí vem todo tipo de programa para uma rádio, vem informação, curiosidades, dicas do dia, vem o ‘Sinal Verde’ que é só dica de trânsito, o ‘Papo Sério’ que é um quadro de 2 minutos com informação de saúde, entre outros (Entrevistado 9, 2019).

A informação de caráter comunitário

Sobre a produção e veiculação de notícias e informação nas programações, observamos que a maioria das emissoras pesquisadas não dispõe de programas com transmissão de conteúdo próprio. As notícias estão distribuídas nas grades na forma de boletins gravados ou em alguns programas “ao vivo” que não são propriamente jornalísticos. Geralmente usam informações coletadas de sites, agências de notícias regionais e/ou nacionais e em grupos de WhatsApp.



Não temos um programa só de notícias. Na realidade, veiculamos informações à nível regional, nacional e internacional buscadas nas agências criadas para essa finalidade, como a rádio Agência Brasil e a Central de Notícias aqui de São Luís. E quando tem alguma novidade local que chama muito atenção a gente faz o possível para também divulgar (Entrevistado 1, 2019).

Geralmente pegamos nossas informações de portais da internet. Vamos no G1 regional, Imirante, Folha do Bico do Tocantins fazemos um apanhado e colhemos o que interessa para nossa região. Por exemplo, você vai em um site desses aqui, o Imirante, que tem notícias do estado todo, você seleciona aquelas de Amarante, Buriticupu, Imperatriz, João Lisboa, Ribamar Fiquene, que são as cidades mais próximas (Entrevistado 7, 2020).

Meu programa tem músicas e nos intervalos eu dou a notícia, tanto local como regional. Tenho contato dos colegas das outras emissoras através de grupos do WhatsApp que mandam informações quando acontece alguma coisa a nível de região e eu já transformo em notícia e coloco na hora “no ar” (Entrevistado 18, 2019).

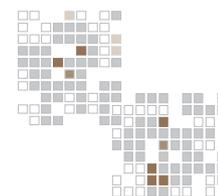
O processo de seleção das informações é guiado pelos princípios de proximidade e familiaridade que advêm de “relacionamentos (econômicos, políticos, vizinhança etc.) e laços de identidades os mais diversos, desde uma história em comum, até [...] condições de existência e conteúdos simbólicos” (PERUZZO, 2003, p. 67). Assim, quando não há acontecimentos locais, os locutores priorizam na programação as notícias sobre as cidades vizinhas, entre elas Imperatriz.

Tentamos veicular informações o mais próximo possível do nosso povo, até porque entendemos que a rádio é para essa finalidade. [...] Imperatriz, por exemplo, interessa muito a comunidade daqui porque é nosso centro comercial. Então muitas das notícias que são veiculadas na rádio são da região de Imperatriz (Entrevistado 1, 2019).

Pegamos informação das cidades mais perto, porque se não for daqui tem gente que já reclama. Então vamos buscando no site do G1 Maranhão, no Imirante e mesmo na Central de Notícias as informações importantes para nossa região para transmitir de hora em hora na programação (Entrevistado 2, 2019).

Começamos nossa programação com o noticiário local. Por exemplo, hoje não teve pauta local, nada aconteceu na cidade, pelo menos que chegasse ao nosso conhecimento. Os dois acontecimentos que noticiamos até agora foram dois assassinatos que aconteceram ontem próximos daqui – um em Montes Altos, a 35 km, e outro em Imperatriz. O mais próximo da nossa realidade foi isso. [...] Quando não acontece nada, vamos buscando o que está mais próximo da nossa realidade. E aí para completar vamos em busca de informações que repercutiram em nível estadual (Entrevistado 10, 2019).

Em relação ao material informativo das rádios, é importante destacar a presença da agência/do portal Central de Notícias, de São Luís, uma das principais e mais frequentes fontes de informação utilizadas pelas emissoras comunitárias analisadas. A empresa foi fundada em 2002 pelo jornalista Humberto Fernandes com o “objetivo de dar suporte jornalístico às emissoras de rádios



no interior [...] fornecendo diariamente matérias com as principais informações do dia” (CENTRAL DE NOTÍCIAS, 2021). Em 2021, a agência produzia quatro programas radiojornalísticos disponíveis gratuitamente no seu *site*: “Jornal da Manhã”, “Jornal Central”, “Matérias em Áudio” e “Plantões de Notícias”. Destes, o “Jornal Central” aparece como o principal programa veiculado no interior do estado, transmitido para mais de 180 emissoras parceiras, entre comunitárias e comerciais. Segundo Brito (2017),

[...] ele existe desde 2013, dividido em quatro blocos e intervalos. O programa leva aos ouvintes, durante 30 minutos, de segunda à sexta-feira, informações jornalísticas estaduais, nacionais e internacionais. Os blocos chegam no máximo a seis minutos e poucos segundos, um formato pensado para facilitar o download do material, eles são enviados por e-mail para todas as rádios parceiras e disponibilizados no site da agência Central de Notícias (BRITO, 2017, p.241-242).

O Jornal Central é mantido por meio de inserções publicitárias de 30 segundos em cada bloco, no total máximo de dois minutos. O valor cobrado para os anunciantes, de acordo com Brito (2017, p. 240) “é multiplicado pela quantidade de entradas nos blocos e também pelo número de cidades em que o jornal chega, a abrangência favorece a arrecadação, mas só é possível ter no máximo 3 anúncios por edição”. Um dos principais patrocinadores do programa é o governo do estado do Maranhão.

A prática de reprodução de notícias nas programações das rádios comunitárias é resultante da falta de produção jornalística própria. As informações locais transmitidas nos programas “ao vivo” chegam por WhatsApp, pois não há equipe para pensar e cobrir pautas nas cidades pequenas. Assim as informações ficam

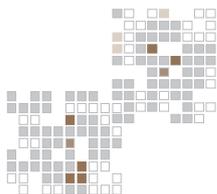
restritas a fatos inusitados e/ou violentos; ações de órgãos públicos, sindicatos, associações e igrejas; transmissões de sessões da Câmara Municipal; denúncias e reivindicações da comunidade; prestação de serviço público. Para exemplificar:

A notícia local, como aqui é pequeno, é mais difícil. Costumamos noticiar fatos graves como acidente, prisão, algo urgente, porque como não temos uma equipe para sair à procura de informação é o que dá para fazer. Fora isso, o que tem de local na programação é o informativo da prefeitura divulgado aos sábados (Entrevistado 2, 2019).

Basicamente as notícias locais giram em torno mais de informações sociais, como por exemplo, os prazos para atendimento de famílias que estão inseridas em algum programa social, campanhas de vacinação. Os informes da prefeitura, da Câmara, dos sindicatos e das igrejas (Entrevistado 6, 2019).

A cidade de Ribamar Fiquene é muito pacata, muito pouca coisa acontece de novidade. Aqui, quando acontece um crime, um crime de assassinato é uma surpresa para todo mundo. A briga de vizinho, furto, assalto, essas coisas são muito difíceis acontecer. [...] Então, as notícias locais acabam indo mais para o lado da política – Fulano é candidato, Fulano quer ser candidato. Um vereador vem aqui dizer que fez um pedido para melhorar uma rua, melhorar um bairro, entre outros (Entrevistado 15, 2018).

Como a cidade é muito pequena, o tipo de notícia que recebemos com mais frequência por aqui são reclamações da administração pública – uma rua esburacada, esgoto a céu aberto, falta de merenda escolar, e por aí vai (Entrevistado 14, 2019).



Um fator que contribui para a ausência de produção própria de notícias nas emissoras comunitárias analisadas é a carência de recursos financeiros. Como as rádios são proibidas por lei de veicular qualquer tipo de publicidade, elas não têm orçamento suficiente para se manter em operação nem para investir na operacionalização de atividades jornalísticas. Observa-se que as rádios comunitárias funcionam como espaços de assistencialismo ao promoverem campanhas beneficentes para os moradores que passam por alguma necessidade, como falta de alimentos, roupas, calçados, remédios etc.

3. Considerações finais

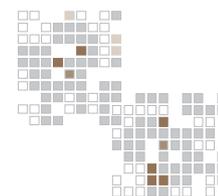
Tratamos neste artigo do que pode ser considerada uma “cultura de audiência hiper local” derivada da escuta de emissoras comunitárias em cidades pequenas no entorno de Imperatriz (MA). Apontamos as implicações políticas, as conexões religiosas, o baixo orçamento e a consequente falta de produção efetivamente local como elementos estruturais que afetam a qualidade do conteúdo transmitido pelas 17 rádios analisadas. Sob esses aspectos, elas representam o conjunto mais amplo de emissoras comunitárias em cidades pequenas do interior brasileiro e indicam possíveis formas de convivência nos espaços analógico e digital da radiodifusão.

A potência dos canais e a publicidade paga para ajudar a manter a programação das rádios comunitárias são reivindicações antigas do setor. Dois exemplos: Em 2017, o Projeto de Lei nº 513/2017, de autoria do senador Hélio José (PROS/DF) propôs “incluir como Serviço de Radiodifusão Comunitária aqueles com potência de até 300 watts ERP” e “aumentar para três os canais designados ao referido serviço”. Desde 2018 está na Câmara dos Deputados. Em 2019, o Projeto de Lei nº 666/2019, apresentado pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), sugere que as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária possam “admitir patrocínio sob

a forma de publicidade institucional pública ou privada, de interesse cultural, social ou da publicidade de atos da administração pública” e estabelece em 10% da programação diária “o tempo máximo de publicidade”. Atualmente o texto aguarda designação de relator na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado.

Em 2023, representante do Ministério das Comunicações anunciou que o MCom estava trabalhando na edição de um decreto “para viabilizar recursos da publicidade institucional”, para “acabar com o limite de 1 km [de alcance] das rádios comunitárias passando a valer “a altura das antenas”, e para ampliar o prazo de renovação das concessões “de três para dez anos” (AGÊNCIA CÂMARA, 2023). A efetivação dessas propostas pode resolver as questões que remetem à instituição da Lei 9.612/98, que criou o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e ao Decreto 2.615/98, que a regulamentou, com alterações no Art. 6º - definindo que “A cobertura restrita de uma emissora do RadCom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte”; e também no Art. 10º - que deu competência à Anatel para “designar, em nível nacional, para utilização do RadCom, um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada” (DECRETO nº 2.615, 1998).

Resolvidas as questões relativas à abrangência dos serviços e aos limites da frequência, as rádios comunitárias podem se desenvolver no âmbito da radiodifusão se contarem com políticas públicas que facilitem o acesso digital (potência efetiva da transmissão via internet) para agregar outras formas transmissão, a começar pela programação disponível em plataformas digitais, concluindo a transição entre o espaço analógico e o espaço digital.



Referências

- AGÊNCIA Câmara de Notícias. Governo anuncia decreto para rádios comunitárias em lançamento de frente parlamentar em defesa das emissoras. Portal Câmara dos Deputados, 29/06/2023. Acesso em <https://www.camara.leg.br/noticias/976408-governo-anuncia-decreto-para-radios-comunitarias-em-lancamento-de-frente-parlamentar-em-defesa-das-emissoras>
- ANATEL Radiodifusão Comunitária – Consulta Estações por Localidade, 2022. Acesso em <https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E>
- BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 19/fev/1998. Acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9612.htm
- BRITO, Nayane Cristina R. *Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do sul do Maranhão - Mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos*. 2017. 359 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), 2017
- CENTRAL DE NOTÍCIAS. Portal Central de Notícias. Acesso em: <https://centraldenoticiasbrasil.com/central>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- IBGE. O IBGE - Missão institucional e principais funções. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>
- IBGE. @Cidades 2023. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br/>
- IBGE. Censo Demográfico 2022. Acesso em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>
- IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. Regiões de Influência das Cidades. O que é. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>
- LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)*. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), 2007
- MEC. Indicadores socioeconômicos - Maranhão. Acesso em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ma.pdf.
- MORAES, Jefferson de Sousa. *Dos hertz aos bits: o radiojornalismo comunitário maranhense em ambiente convergente*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis, SC: Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
- PERUZZO, Círcia M. K. Mídia local, uma mídia de proximidade. *Revista Comunicação: Veredas*, n. 2, p. 65-86, nov. 2003.
- PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDHM, 2021). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 de ago. 2021.
- SANTOS, Milton. *A responsabilidade social dos geógrafos*, 1978. Reproduzido em RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, PR, v. 6, 2002.
- SENADO FEDERAL Projeto de Lei nº 666/2019 - Altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária”, para permitir a veiculação de publicidade institucional. Acesso em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135185>.
- SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 513/2017 - Altera a Lei das Rádios Comunitárias, para incluir como Serviço de Radiodifusão Comunitária aqueles com potência de até 300 watts ERP. Aumenta para 3 os canais designados ao referido serviço. Acesso em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132042>.
- VEIGA, José Eli da. *A dimensão rural do Brasil*. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, v.12, n.1, p.71-94, 2004.
- WAN DER MAAS, Lucas; ASSIS, Livia M. L.; TOMÁS, Maria Carolina; CARVALHO, Paulo Fernando B.; VILAÇA, Tiago Oliveira; LIRA, Ana Elise. A pobreza no Maranhão: uma análise na perspectiva multidimensional. *Revista Sociedade e Estado* 37 (2), maio/agosto 2022. p. 407-433 <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020002>.

Artigo enviado em 29/11/2023 e aceito em 06/12/2023.

